

## QUESTÕES DE JUSTIÇA: a propósito de duas entrevistas

No final da semana passada, o Sr. Primeiro Ministro, em entrevista a jornais regionais, anunciou que parte do tribunal de Coimbra e o DIAP passariam para o antigo Pediátrico. Com tal declaração, o Primeiro Ministro quis, por um lado, significar o abandono da construção de um edifício de raiz para instalação dos Tribunais de Coimbra; e, por outro, menorizar e desrespeitar a Câmara Municipal, a quem compete a gestão e organização do espaço urbano. É certo que o poder municipal das últimas cinco décadas sempre foi relapso quanto a tal questão. Tendo cedido ao Ministério da Justiça, por volta de 1965, o terreno junto ao Palácio da Justiça, para ali ser construído um edifício para albergar o tribunal, nunca lutou verdadeiramente por esse objetivo. Chegando mesmo, há cerca de 16 anos, quando a situação do país era bem melhor, sob a presidência do atual Presidente da Câmara, de forma errática, a associar-se à ideia de mudança da sua localização para a margem esquerda, o que conduziu, na prática, ao obstaculizar a construção por muitos anos. As precárias condições em que a Justiça é administrada em Coimbra, com grave prejuízo para os cidadãos que ali trabalham e se deslocam, **exigem que se construa um novo Palácio da Justiça, que não pode deixar de ser localizado no local que, há décadas, lhe foi destinado e se mantém como estacionamento, entre ruínas e matagal, numa zona nobre da cidade, confinante com o Património classificado pela Unesco.**

E esta exigência, que deve ser encabeçada, com urgência, pela Câmara Municipal deve ser amplamente participada pelos cidadãos, uma vez que a justiça a todos diz respeito e porque é imperioso requalificar o local, dando-lhe a centralidade e importância que deve ter, no coração da cidade.

Na passada quarta-feira, a senhora Ministra da Justiça, em entrevista a um jornal nacional, fazendo um balanço do seu mandato, não encontrou nada que tivesse corrido mal! Autismo e arrogância, em doses elevadas, que não lhe permitem ver o falhanço geral das suas políticas. São exemplo: o novo Mapa Judiciário, à medida que o tempo passa, vai mostrando maiores incoerências e ineficácias, com grave prejuízo para os cidadãos; o Citius, para além do colapso de meses, continua com problemas, como tem sido noticiado; a persistência na desjudicialização de alguns tipos de

processos ( ex. inventário ) que, pura e simplesmente aumentou a sua morosidade e insegurança; o encarecimento do recurso aos tribunais. Para além disso, o desrespeito que demonstrou pela Constituição, em leis de propaganda que promoveu (branqueamento de capitais e “agressores sexuais de menores “, por exemplo) é imperdoável em titular da pasta da Justiça. E, finalmente, a conflitualidade que alimentou com todas as profissões judiciais e respetivas associações (juizes, ministério público, advogados e funcionários), bem como as tentativas que fez de as dividir e colocar umas contra as outras, tornou clara a sua inadequação para o exercício de um cargo de tamanha responsabilidade. O regresso ao seu escritório, como anunciou na entrevista, deixa, seguramente, nos Portugueses e nos profissionais do foro um sentimento de grande alívio.

É, pois, tempo de os responsáveis pela governação, a todos os níveis, assumirem que é necessário dignificar e prestigiar a Justiça, como um pilar essencial do Estado de Direito Democrático.

Coimbra, 22 de julho de 2015

José Augusto Ferreira da Silva